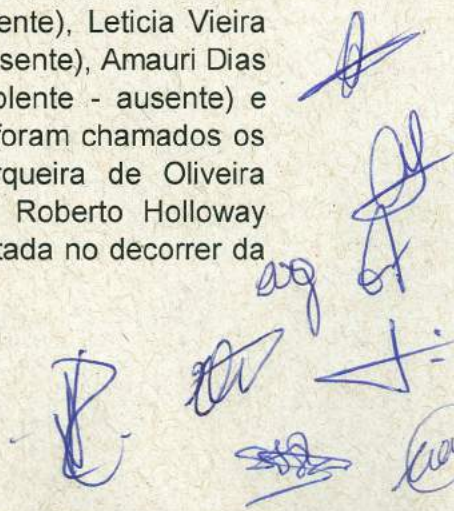
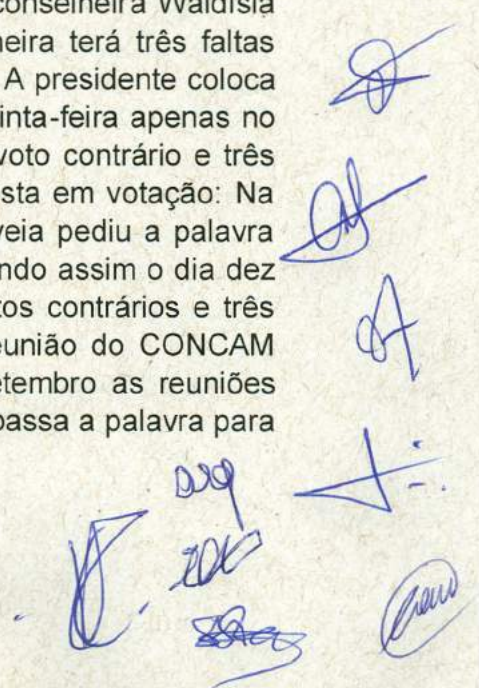


1 ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CÂMPUS DO  
2 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO  
3 PAULO, CÂMPUS CUBATÃO, DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS. Aos nove  
4 dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, no auditório do  
5 Câmpus " Carlos Alberto Siegner" do Instituto Federal de Educação, Ciência e  
6 Tecnologia de São Paulo - Câmpus Cubatão, em local descrito na convocação e de  
7 fácil acesso a todos, reuniram-se os membros do CONCAM bem como alguns  
8 membros da comunidade escolar com o objetivo de realizar a quinta Reunião  
9 Ordinária do Conselho de Câmpus de acordo com a convocação do Presidente do  
10 Conselho de Câmpus. Na pauta da referida convocação estavam os seguintes  
11 tópicos: **I. EXPEDIENTE:** Aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada em  
12 12/5/2016. **II. ORDEM DO DIA:** 1. Aprovação do Projeto Político Pedagógico do  
13 Curso Superior de Bacharel em Turismo – Processo nº 23307.XXXXXX.2016-XX –  
14 relatoria Prof. Me. Marciel Silva Santos; 2. Aprovação do Projeto Político Pedagógico  
15 do Câmpus Cubatão – relatoria da Professora Me. Leticia Vieira Oliveira Giordano;  
16 3. Aprovação da proposta de gasto orçamentário do câmpus para 2017; 4.  
17 Apresentação e aprovação da minuta da proposta do Regulamento do Trabalho em  
18 Local de Livre Escolha – relatoria conselheira Eliana Maria Cerqueira de Oliveira; 5.  
19 Esclarecimentos sobre regulamento disciplinar discente – Memorando  
20 004/2016/GED-CJO, de 1º de abril de 2016 e memorando nº 112/DAA-PRE, de 14  
21 de abril de 2016 – Protocolo nº 23316.000140.2016-03; 6. Informativo sobre o  
22 conselheiro Kayo Felipe Nachtaier Amado; 7. Informativo sobre a saída do  
23 conselheiro Sérgio Roberto Holloway Escolar; 8. Informativo sobre a titularidade do  
24 conselheiro Victor Rodolfo Lomnitzer a partir dessa reunião; 9. Questionamento da  
25 conselheira Waldísia Rodrigues de Lima sobre o calendário de reuniões do  
26 Conselho de Câmpus; 10. Informativo sobre a conselheira Elaine Cristina Campos. A  
27 presidente, diretora em exercício Ana Paula Fonseca dos Santos Nedochetko,  
28 presidiu e deu início a reunião do CONCAM de Cubatão fazendo a solicitação da  
29 aprovação da ata da quarta Reunião Ordinária, realizada no dia doze de maio de  
30 dois mil e dezesseis. A presidente informa a todos que devido ao problema na  
31 gravação da última reunião, todos deverão falar no microfone para que as falas  
32 fiquem claras e audíveis. A presidente passa a palavra para o conselheiro Marciel  
33 que informa que não teve acesso a ata. A presidente afirma que a ata foi  
34 encaminhada posteriormente a convocação. Como solução a presidente expõe que  
35 acredita ser necessário pular esse item, todos terem acesso ao documento,  
36 encaminhar os comentários para a secretária e na próxima reunião a ata ser  
37 colocada em votação novamente. A conselheira Elaina informa que recebeu a ata no  
38 dia anterior a reunião e, solicita questão de ordem no que diz respeito a chamada  
39 dos conselheiros. A presidente retoma a fala para fazer a chamada dos conselheiros  
40 e assim dar sequência a reunião. Ela iniciou fazendo a chamada dos conselheiros  
41 pelos docentes: Ataliba Capasso Moraes (titular - presente), Carlos Eduardo Mendes  
42 Gouveia (titular - presente), Marciel Silva Santos (titular - presente), Leticia Vieira  
43 Oliveira Giordano (titular - presente), Enzo Betazini (suplente - ausente), Amauri Dias  
44 de Carvalho (suplente - ausente),IVALDO MARQUES BATISTA (suplente - ausente) e  
45 Marina Mariano de Oliveira (suplente - presente). Em seguida foram chamados os  
46 representantes dos técnico-administrativos: Eliana Maria Cerqueira de Oliveira  
47 (titular- presente), Alcir de Oliveira (titular- presente), Sérgio Roberto Holloway  
48 Escobar (titular-ausente – a situação do conselheiro será explicitada no decorrer da



49 reunião, por ser tema de pauta), Waldisia Rodrigues de Lima (titular- presente),  
50 Victor Rodolfo Lomnitzer (suplente-presente) e João Paulo Dal Poz Pereira  
51 (suplente-presente). Com a ausência do conselheiro titular Sérgio nessa reunião, o  
52 Conselheiro Victor passou a ser titular. Passou-se então para a chamada dos  
53 representantes discentes: Sabrina de Almeida Santos (titular- ausente), Elaine  
54 Cristina Campos (titular-ausente – a situação da conselheira será explicitada no  
55 decorrer da reunião, por ser tema de pauta), Vitor Alves de Mello Lopes (titular-  
56 ausente), Isabele da Silva Beserra (titular-ausente), Marcello Otavio Santos Cardoso  
57 (suplente-presente), Nathalia Andressa Santos (suplente-ausente). Não houve  
58 conselheiros suplentes representante dos discentes presente para substituir os  
59 conselheiros titulares ausentes. Passou a chamada do representante Municipal,  
60 Graciete Laura Simões David (titular- ausente). A presidente fez a chamada do  
61 representante egresso: Silvany Alves França Monteiro (titular-presente) e Kayo  
62 Felipe Amado (suplente-ausente – a situação do conselheiro será explicitada no  
63 decorrer da reunião, por ser tema de pauta). A presidente solicita que no final da  
64 reunião os membros presentes assinem a lista de presença bem como algumas atas  
65 anteriores que ficaram porventura sem assinatura. A presidente dá sequência a  
66 reunião quanto a aprovação da ata da reunião onde ficou decidido que os membros  
67 do CONCAM farão a leitura e passarão as inclusões, exclusões e alterações para a  
68 secretária para que a ata possa ser corrigida e trazida para aprovação na próxima  
69 reunião. Todos os conselheiros aprovam a colocação da presidente. O conselheiro  
70 Alcir pede a palavra como questão de ordem alegando ter pedido a palavra  
71 anteriormente, ele expõe aos presentes a respeito da ata que não é encaminhada no  
72 tempo correto. Com isso ele pede que essa situação não ocorra mais, pois está se  
73 tornando praxe entre o CONCAM do Câmpus. Ele informa que a ata foi enviada no  
74 dia anterior da reunião e toda documentação deve ser enviada com o prazo de uma  
75 semana antes da realização das reuniões para que todos tenham tempo de ler toda  
76 documentação para posterior aprovação. Aproveitando o ensejo ele coloca a  
77 necessidade de publicar as atas no site da instituição e isso não está acontecendo,  
78 com isso não há transparência do grupo. Todos queriam e estão aguardando que as  
79 filmagens sejam publicadas no site e até o momento já temos seis meses de reunião  
80 e ele não vê nenhuma divulgação. O conselheiro coloca também a divulgação das  
81 reuniões que também não aparecem no site, não tendo a transparência necessária.  
82 Ele solicita que as reuniões não sejam enviadas apenas para os e-mails dos  
83 conselheiros, mas para todos servidores, se possível com a pauta. A presidente  
84 retoma a palavra para fazer uma ressalva sobre a migração do site, que mudará  
85 para ifsp.edu.br e nessa migração consta um espaço específico para o CONCAM. A  
86 conselheira Marina pede palavra para concordar com a fala do conselheiro Alcir,  
87 mas ela pede para lembrar que faz três reuniões que não há o comparecimento da  
88 secretária e a questão da ata fica por conta dessas ausências. A conselheira dá um  
89 depoimento sobre ela ter sido a secretária em uma dessas reuniões e falar o quanto  
90 foi difícil executar esse trabalho. Ela afirma que no olhar dela não é um costume,  
91 mas a coincidência de a secretária não estar presente e, quando ela esteve presente  
92 as atas foram enviadas no tempo correto. A presidente retoma a palavra para dar  
93 sequência a pauta tratando da ordem do dia. O conselheiro Marciel solicita inversão  
94 da pauta, já que há pontos que trata sobre conselheiros por ausência ou saída. A  
95 presidente coloca em votação a inversão dos itens seis a dez da pauta. A votação  
96 totalizou nove favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção, com isso houve a

97 inversão da pauta. A presidente passou então ao item seis da pauta que vem a ser o  
98 Informativo sobre o conselheiro Kayo Felipe Nachtaier Amado, ela informa que ele  
99 solicitou afastamento por estar pré-candidato a prefeitura de São Vicente e durante  
100 esse período se afastará do cargo de suplente de aluno egresso do CONCAM. A  
101 presidente passa então para o próximo item que é o Informativo sobre a saída do  
102 conselheiro Sérgio Roberto Holloway Escobar, ela informa que a partir dessa  
103 reunião o conselheiro Sérgio não será mais conselheiro por ele ter assumido a  
104 coordenação da Coordenadoria de Ensino, não podendo continuar mais como  
105 membro do CONCAM, por isso a presidente informa que o conselheiro Victor  
106 Rodolfo Lomnitzer se torna conselheiro titular a partir dessa reunião, sendo esse o  
107 motivo do item oito da pauta. A presidente passa para o item nove da pauta que  
108 vem a ser um questionamento da conselheira Waldísia Rodrigues de Lima sobre o  
109 calendário de reuniões do CONCAM, ela passa a palavra para a conselheira. A  
110 conselheira Waldísia expõe que no ano passado ela fazia as aulas na UNICAMP nas  
111 terças-feiras, mas houve reestruturação das aulas, um novo calendário foi elaborado  
112 e as aulas dela passaram a ser nas quintas-feiras, por conta disso se ela falta lá ela  
113 não pode efetuar matrícula. Com isso, a conselheira solicitou que se fizesse uma  
114 alteração no calendário ao menos no primeiro semestre para que ela continuasse no  
115 CONCAM. A conselheira afirma que mandou um documento para o Robson na  
116 primeira falta, mas ele não entendeu que teria que colocar em votação, mas ela  
117 continuou a enviar documentos. Após um período foi decidido colocar em pauta para  
118 que o assunto fosse analisado por todos os membros do CONCAM para que todos  
119 pudessem perceber também que as faltas não são sem motivo. Como as aulas não  
120 vão mudar na UNICAMP, a conselheira solicitou a possibilidade de alterar no  
121 primeiro semestre as datas de reunião de quinta para outro dia da semana. Com  
122 isso, seria a alteração apenas da próxima reunião. A conselheira esclarece que se  
123 não for possível essa troca ela será obrigada a entregar o cargo e não fazer mais  
124 parte do grupo. A conselheira Silvany coloca seu ponto de vista, que entende a  
125 colocação da conselheira Waldísia, mas que o caso dela seria o contrário, porque se  
126 precisar ser outro dia vai coincidir com o horário de trabalho dela. As datas da  
127 reunião do CONCAM caíram nos dias de folga de trabalho. O conselheiro Ataliba  
128 pede a palavra para lembrar que não é dia de trabalho dele na quinta, mas ele teve  
129 que fazer uma manobra para se adaptar ao dia de reunião as quintas, pois quando  
130 foram agendadas as datas todos tiveram que se moldar a isso, no caso dele se  
131 mudar o dia talvez ele também tenha que entregar o cargo. O conselheiro Marciel  
132 pede que seja respeitado a ordem de inscrição para fala dos conselheiros. A palavra  
133 é passada para o conselheiro Alcir que explica a ausência da conselheira Waldísia  
134 nas reuniões que, até a reunião do mês de agosto a conselheira terá três faltas  
135 consecutivas, o que acarretará a mesma a saída do CONCAM. A presidente coloca  
136 em votação a mudança da data da reunião, ou seja, sair da quinta-feira apenas no  
137 mês de agosto. A votação totalizou seis votos favoráveis, um voto contrário e três  
138 abstenções. Dada a votação, a presidente colocou outra proposta em votação: Na  
139 reunião de agosto que dia será a reunião. O conselheiro Gouveia pediu a palavra  
140 para sugerir que a data seja quarta-feira, as quatorze horas, sendo assim o dia dez  
141 de agosto. A votação totalizou cinco votos favoráveis, dois votos contrários e três  
142 abstenções. Com isso, a presidente informa que a próxima reunião do CONCAM  
143 será realizada no dia dez de agosto e a partir do mês de setembro as reuniões  
144 voltam a ser nas datas estipuladas anteriormente. A presidente passa a palavra para



145 a conselheira Marina, que expõe o fato de hoje ser a última reunião dela como  
146 conselheira e qual seria o procedimento por parte dela e do CONCAM. A presidente  
147 informa que a conselheira deve enviar um comunicado a secretária e, a partir de  
148 então o grupo terá de ver a quantidade de suplentes existentes para que, se  
149 necessário convocar uma nova eleição. A presidente passa a palavra para o  
150 conselheiro Marcello que solicita que não seja dado falta no dia dessa reunião, pois  
151 está fora do comum do grupo, ou não dar falta para quem foi contrário a essa  
152 decisão. A presidente informa que o conselho é soberano e a partir de então o  
153 conselheiro justifica a falta em função da troca do dia e o próprio conselho avaliaria a  
154 situação. A palavra é passada para a conselheira Waldísia que colocou que já que  
155 causaria tantos impedimentos ao Conselho, ela prefere sair e abrir mão do  
156 Conselho, com isso ela abre mão. A presidente informa que a solicitação da  
157 conselheira já foi acertada pelo Conselho. O conselheiro Marcello esclarece que  
158 gostaria da permanência da conselheira no Conselho. A conselheira Marina  
159 esclarece que o conselho é soberano, a data está mudada, e com isso, ela também  
160 acredita que o conselho seja soberano para votar se dá ou não falta para os  
161 conselheiros nessa reunião especificamente. Sugere que seja colocado em votação.  
162 Os conselheiros que faltarem no dia dez de agosto não levem falta por conta da  
163 especificidade da reunião. A palavra é passada para a conselheira Silvano que alega  
164 que no dia dez de agosto ela não poderá estar presente e com isso ela concorda em  
165 não dar falta nesse dia. O conselheiro Ataliba coloca sua preocupação quanto ao  
166 quórum mínimo para realização da reunião. Ele teme de não ter o número mínimo  
167 de cinquenta por cento para que a reunião seja realizada. A palavra é passada para  
168 a conselheira Eliana que alega que os conselheiros que não poderão comparecer  
169 devem justificar a falta e posteriormente o conselho analisar a justificativa e dar falta  
170 ou não. O conselheiro Marciel alega que corrobora com a Eliana e fala que a  
171 ausência é justificada e já que abrimos precedente de alterar o dia, a própria  
172 alteração já é justificativa para qualquer conselheiro. O conselheiro Marcello pede a  
173 palavra para fazer um adendo que a proposta dele foi a de não dar falta para os  
174 conselheiros que foram contrários a proposta, no caso ele e o Marciel, pois os que  
175 foram favoráveis ele acredita que não tenham problema com a data da reunião. A  
176 conselheira Letícia coloca que na resolução existe a questão dos casos omissos e  
177 ela sugere que o caso das ausências da conselheira Waldísia sejam analisadas e  
178 julgadas pelo CONCAM. A conselheira Marina coloca que as faltas anteriores da  
179 conselheira não foram julgadas pelo CONCAM e colocar a terceira falta para  
180 julgamento do Conselho, no ver da conselheira não faz sentido. Ela concorda de  
181 trazer para os casos omissos as justificativas de quarta-feira. A presidente retoma a  
182 palavra para alegar que apareceram quatro propostas e com isso ela vai colocar em  
183 votação a da conselheira Letícia que propõe a reunião voltar para quinta-feira e os  
184 casos faltantes sejam colocados como casos omissos. A votação totalizou três votos  
185 favoráveis, três votos contrário, e quatro abstenções. A conselheira Silvano pede a  
186 palavra para colocar que o caso seja colocado como caso omissos. O conselheiro  
187 Victor pede a palavra para colocar que ele acredita que essa questão está sendo  
188 uma perda de tempo, uma brincadeira. A situação foi votada, passou para quarta-  
189 feira, vai ser na quarta e quem não puder comparecer justifica. "Vamos pra frente?"  
190 A presidente deu o voto de minerva favorável em manter a reunião na quinta-feira e  
191 julgar o caso da Waldísia desde as demais faltas para o Conselho abonar ou não. A  
192 conselheira Marina pede a palavra para questionar sobre as faltas dos alunos nas

193 reuniões do CONCAM, se não tem aluno destituído. Foi informado para a  
194 conselheira que as faltas serão lançadas após a reunião e assim teremos a situação  
195 certa dos alunos e demais conselheiros. A presidente retomou a pauta para finalizar  
196 a inversão de pauta tratando do item dez que vem a ser um informativo sobre a  
197 conselheira Elaine Cristina Campos. A aluna fez o cancelamento da matrícula, e  
198 com isso não é mais conselheira do CONCAM, dando sequência aos trâmites do  
199 CONCAM o conselheiro Marcello Otávio Santos Cardoso passa a ser conselheiro  
200 titular a partir dessa reunião. Encerrados os itens de inversão da pauta, a presidente  
201 volta ao item um que vem a ser a aprovação do Projeto Político Pedagógico do  
202 Curso Superior de Bacharel em Turismo, o responsável pela relatoria desse  
203 processo foi o conselheiro Marciel Silva Santos. A presidente passou a palavra para  
204 o conselheiro que fez seus apontamentos e parecer. Ele inicia sua fala colocando o  
205 pouco tempo que foi dado para que ele pudesse dar um parecer sobre o Projeto. Ele  
206 esclarece também que a análise foi feita sobre o projeto político pedagógico. Coloca-  
207 se na ata a íntegra do documento lido pelo conselheiro. **“Relatório da proposta de**  
208 **alteração do curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo para**  
209 **Bacharelado em Turismo. Apresentação aos Membros do CONCAM Cubatão**  
210 **(Conselho de Campus). Relator: Marciel Silva Santos. Parecer:** Há necessidades  
211 de esclarecimentos, correções e adequações. Como segue: Atualizar os nomes do  
212 Pró-Reitor de Ensino e Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação (página 2). Nome de  
213 docente diferente: Prof. Me. Aristides Farias dos Santos; Prof. Me. Aristides Farias  
214 Lopes dos Santos (página 3); por que há citação do Fernando Henrique Cardoso e  
215 não há do Luiz Inácio Lula da Silva nas mudanças da Instituição. Ou coloca-se os  
216 dois ou nenhum deles (página 11); quanto as informações do número de Campi há  
217 dúvida. Necessidade de FONTE ( página 11); Na página 12 o verbo está no futuro  
218 quando se refere há algo que já ocorreu, quando se refere à Licenciatura de  
219 Matemática; Erros de grafia na página 14, 21 do 1º parágrafo, 22 no 2º parágrafo;  
220 Nas páginas 18 e 21 é informado sobre o Anexo I que não se encontra no  
221 documento, assim como o ANEXO II, página 22; No quando da página 19 não  
222 especifica se os cursos são de TECNOLÓGO OU BACHARELADO; A fonte está  
223 vaga; Nas JUSTIFICATIVAS, seria interessante ressaltar a consonância com o PDI e  
224 manutenção do Eixo Tecnológico; Erro de concordância na página 23, 1º parágrafo;  
225 Seria importante ressaltar que fosse inserido nas argumentações: **Curso de**  
226 **Graduação em Turismo: - Perfil Desejado do Formando:** Quanto ao perfil  
227 desejado, o curso de graduação em Turismo deverá oportunizar a formação de um  
228 profissional apto a atuar em mercados altamente competitivos e em constante  
229 transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social,  
230 econômica e no meio ambiente, exigindo uma formação ao mesmo tempo  
231 generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais,  
232 políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída  
233 de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais,  
234 antropológicas, de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como o  
235 agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo  
236 turístico. **Competências e habilidades:** O curso de graduação em Turismo deve  
237 possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes  
238 competências e habilidades: - compreensão das políticas nacionais e regionais  
239 sobre o turismo; - utilização de metodologia adequada para o planejamento das  
240 ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, como os eventos locais,

241 regionais, nacionais e internacionais; - positiva contribuição na elaboração dos  
242 planos municipais e estaduais de turismo; - domínio das técnicas indispensáveis ao  
243 planejamento e a operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de  
244 novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais; - domínio e  
245 técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-  
246 financeira para os empreendimentos e projetos turísticos; - adequada aplicação da  
247 legislação pertinente; - planejamento e execução de projetos e programas  
248 estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento; -  
249 intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos,  
250 emergentes ou inventariados; - classificação, sobre prévios e adequados, de  
251 estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de  
252 hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de  
253 eventos e de outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico  
254 e de sua expansão; - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de  
255 informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de  
256 entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros  
257 traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana; -  
258 domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados  
259 turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a  
260 cada perfil do turista; - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e  
261 precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das  
262 organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social; -  
263 utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar  
264 e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas,  
265 instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais; - domínio  
266 de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos  
267 traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida; - habilidade no manejo  
268 com a informática e com outros recursos tecnológicos; - integração nas ações de  
269 equipes interdisciplinares e multidisciplinares interagindo criativamente nos  
270 diferentes contextos organizacionais e sociais; - compreensão da complexidade do  
271 mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e  
272 entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem; - profunda  
273 vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das  
274 articulações interpessoais, com posturas estratégicas para o êxito de qualquer  
275 evento turístico; - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-  
276 profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.; **Quanto à**  
277 **Legislação de Referência:** O Parecer CNE/CES nº 146, de 3 de abril de 2002, foi  
278 revogado pelo Parecer CNE/CES 67, de 11 de março de 2003 (página 27); Acredito  
279 que o Parecer CNE/CES nº 32/2013, aprovado em 31 de janeiro de 2013 (página  
280 28), deva seguir o anterior, pois RECONHECE A EQUIPARAÇÃO entre os cursos; A  
281 Resolução CNE/CES nº 13 de 24 de novembro de 2006 (página 28) não define a  
282 quantidade de horas; **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007.** A carga horária  
283 mínima não estaria de acordo, segundo o tempo do curso de 3,5 (três anos e meio):  
284 2.700h versus às 2.591,5h (página 31), 2.620h4h (páginas 32 e 34) e 2.550,2h  
285 (página 37). Na página 29, a unidade de horas é h; quanto aos QUADRO presente,  
286 qual a relevância para essa informação? Trata-se de curso de Tecnologia ou  
287 Bacharelado? **Estrutura Curricular:** Na página 30, há necessidade de FONTE no 2º  
288 parágrafo; Nos QUADROS das páginas 32 a 37 há ausência do total de AULAS;

289 Como se chegou a definição de 240h para o Estágio? **Resolução nº 13, de 24 de**  
290 **novembro de 2006:** Art. 3º O curso de graduação em Turismo deve ensejar, como  
291 perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões  
292 científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado  
293 turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do  
294 processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e  
295 adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou  
296 emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional. Há alguma  
297 linha de formação específica? Ambiental, ecológica, eventos, etc.? **Plano de Ensino**  
298 **Necessidade de complementação na bibliografia:** Psicologia Aplicada ao Turismo –  
299 bibliografia básica); Inglês Instrumental I (bibliografia básica); Inglês Instrumental II  
300 (Bibliografia básica); História Regional de São Paulo (Páginas 85 e 87);  
301 Empreendedorismo (páginas 88, 91 e 95); Matemática Comercial e Financeira  
302 (Páginas 89,92 e 96); Estágio Curricular (Bibliografia Complementar). **Metodologia:**  
303 **Necessidade de formatação no parágrafo 1º;** **Necessidade de FONTE no penúltimo**  
304 **parágrafo da página 143;** **Necessidade de supressão de preposição no penúltimo**  
305 **parágrafo da página 145;** **Necessidade de adequação do texto referente ao**  
306 **QUADRO, 4º e 5º parágrafos da página 145.** **Voto do Relator:** Considerando as  
307 disposições legais, das decisões do Colegiado do Curso de Tecnologia em Gestão  
308 de Turismo, do Núcleo Docente Estruturante e da adequação ao PDI e manutenção  
309 do Eixo Tecnológico do Campus Cubatão do IFSP, por meio das correções  
310 necessárias a se fazerem no documento do PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO  
311 SUPERIOR DE BACHARELADO EM TURISMO, o parecer desse relator é favorável.  
312 Cubatão, 09 de junho de 2016 – Marciel Silva Santos” Para que os  
313 questionamentos e posicionamentos do relator sejam respondidos a presidente  
314 colocou em votação o direito a fala dos membros da comissão que elaborou esse  
315 Projeto. A votação totalizou dez votos favoráveis, com nenhum voto contrário e  
316 nenhuma abstenção. A palavra foi passada para o Professor Júlio que colocou  
317 alguns pontos. Ele informou que a proposta nasceu com os membros do colegiado  
318 de Turismo e a origem vem de um debate referente a situação do curso, pois tem  
319 uma força de trabalho qualificada, mas nos últimos anos não temos alcançado o  
320 número total de inscritos no curso, não preenchemos as quarenta vagas. Essa  
321 situação fez o grupo refletir sobre a possibilidade de melhorar e gerar demanda para  
322 o curso. Uma das ideias é fazer com que o curso se torne mais qualificado e permita  
323 que os egressos possam ter mais possibilidade de acessar o mercado de trabalho  
324 como também ter mais possibilidades de estudos, que com o curso de tecnologia  
325 não é possível. Não temos bacharel em turismo na região. Dentro dessas  
326 características o grupo pensa que possa ser isso a ausência da procura. A  
327 quantidade de formandos também preocupa o grupo, pois por semestre se formam  
328 cerca de oito a nove alunos. Eles acreditam que há o abandono por parte dos alunos  
329 devido a certificação não ter tanto valor quanto um bacharelado, não tendo  
330 perspectiva com um diploma em tecnólogo em gestão de turismo. Sobre as  
331 colocações do professor Marciel, o grupo concorda que há erros de digitação,  
332 formatação e redação, por conta do tempo para elaboração, houve ampla discussão  
333 sobre o curso, mas pouco tempo para enviar para o CONCAM porque o grupo já  
334 quer incluir o curso para o início de 2017, junto com o ensino médio em eventos. As  
335 correções serão feitas. Sobre o estágio a palavra foi passada para a professora  
336 Thaís que se apresentou e fez agradecimento, reiterando a fala do professor Júlio.

337 Sobre os apontamentos do professor Marciel ela esclarece o questionamento feito  
338 na página 19 sobre os tipos de curso onde ela expõe que ali consta os dois tipos de  
339 curso, sendo utilizado como base as fontes do MEC. Sobre a consonância com o  
340 PDI será tudo mantido, só mudaria o termo de Tecnólogo para Bacharel, ficando  
341 dentro da porcentagem estipulada para o Campus. Sobre o estágio foi consultado  
342 outros cursos, inclusive dos IFs, foi feita a comparação e decidido equiparar o  
343 número de horas. Com relação a quantidade de horas do curso, a professora  
344 corrobora com a fala do relator e informa que eles analisarão novamente para  
345 verificar e adequar. Em relação ao plano de ensino, pode ter ocorrido algum  
346 problema na nomenclatura das disciplinas. Ela agradece a observação quanto a  
347 bibliografia, o grupo fará essa mudança. Sobre as legislações também. O professor  
348 Júlio retoma a palavra para colocar que ainda há uma discussão sobre o período do  
349 curso ser de três ou quatro anos. A quantidade de horas será revista pra cima. A  
350 presidente retoma a palavra para esclarecer que a pró reitoria indica que o curso  
351 seja de 3 há 6 anos. E outra recomendação é que o curso deve ser formulado de  
352 acordo com o mínimo da lei com mais cinco por cento. O conselheiro Marciel coloca  
353 uma dúvida sobre a quantidade de aulas por semana, se for vinte e sete aulas  
354 semanais, essas seriam provavelmente aos sábados? A professora Thaís informa  
355 que essa questão já foi alterada e não ultrapassará o mínimo de aulas semanais de  
356 segunda a sexta. O conselheiro Alcir pede a palavra para saber se o grupo vai votar  
357 essas observações ou se vota a relatoria? A presidente define que todas as  
358 observações sejam feitas para a proposta ser aprovada ou não posteriormente. Com  
359 isso, a palavra volta ao conselheiro Alcir que coloca que a proposta deve passar  
360 pela revisora de texto, para todos os documentos, para que possamos usar a  
361 profissional que temos para esse fim. O CNPJ da instituição precisa ser modificado.  
362 Dando continuidade ele colocou um erro de digitação na página 12 citando a lei  
363 11882 e no documento cita 11982. No fim da mesma página refere-se aos cursos do  
364 instituto, consta que terá início o curso superior em Licenciatura de Matemática, o  
365 conselheiro coloca que esse curso já existe. Com relação a página 18, sobre  
366 justificativa e demanda de mercado, o conselheiro informa que o decreto que consta  
367 ali está equivocado, com isso precisa ser alterado e citar a lei e não o decreto. Para  
368 entender a mudança do curso ele questiona como será essa transição com relação  
369 aos alunos que estão cursando o tecnólogo. Os alunos terão reserva de vagas para  
370 preservar os que já estão no tecnólogo. A presidente informa que o ingresso será  
371 por vagas do SISU e existe o Edital de reopção de curso, que é lançado a cada  
372 semestre. Eles não terão reserva de vagas, mas poderão usar essa opção de  
373 reopção. A presidente informa que geralmente temos mais vagas do que solicitações  
374 de reopção, com isso temos que esperar o andamento do curso para verificar as  
375 particularidades dele. A partir do segundo módulo as vagas serão colocadas no  
376 edital e esses alunos poderão ser contemplados. O ingresso é anual, mas o curso é  
377 semestral. A conselheira Leticia pede a palavra para questionar sobre a situação de  
378 um aluno que esteja cursando o quinto semestre. A presidente informou que esse  
379 aluno teria que aguardar a oferta da disciplina para cursar, pois o curso terá o  
380 andamento normalmente. O professor Mao esclarece que serão dois cursos  
381 concomitantes, o bacharelado e o tecnólogo e seremos obrigados a oferecer as  
382 disciplinas de tecnologia enquanto houver o curso e o aluno poderá optar em  
383 terminar o curso de tecnologia e, se ele quiser migrar para o bacharel ele tenta a  
384 reopção e as disciplinas que ele puder ser dispensado, ele será. A conselheira



385 Waldísia coloca que a Organização Didática está em construção e temos que  
386 garantir essa situação de reopção nela, pois na atual há essa possibilidade. Essa  
387 situação é lei de ensino, para complementação de curso a instituição tem que  
388 oferecer até o fim todas as disciplinas. Precisa deixar claro que os alunos jamais  
389 podem ser prejudicados, eles serão beneficiados, porque hoje no mercado de  
390 trabalho a gente percebe que os alunos que fazem o tecnólogo não estão sendo  
391 contemplados. O bacharelado estará voltado para o ensino, pesquisa, extensão,  
392 gestão, além do pensamento no turismo de inclusão. Além do fato de o curso ser o  
393 único da região. A palavra é passada para a professora Rosa que faz um  
394 esclarecimento com relação a revisão ortográfica, ela informa que ainda não foi feita  
395 por questão do tempo. O conselheiro Alcir coloca que o documento deveria ter sido  
396 revisado e pronto antes de vir para o CONCAM, porque além do nosso Conselho a  
397 proposta passará pelo Conselho Superior. Ele informa que é o segundo curso que  
398 passa pelo CONCAM sem que os conselheiros entendam o porquê de estar  
399 passando, os conselheiros foram pegos de surpresa e a importância deveria ter sido  
400 passado anteriormente por aqui. A presidente informa ao conselheiro que o relator  
401 comentou que não está adequado na pauta, a aprovação da proposta do curso.  
402 Caso não seja aprovado pelos conselheiros local, esse curso nem é encaminhado  
403 para o Conselho Superior. Por isso que ele tem que ser aprovado por aqui para  
404 mostrar que a comunidade de Cubatão é favorável a criação do curso. Uma vez  
405 aprovado esse PPC será adequado, encaminhado para PRE, vai e volta com a  
406 análise do pedagogo para depois ser submetido ao CONSUP. O anseio do grupo é  
407 tentar ofertar essas vagas de bacharelado já no início do próximo ano, por isso o  
408 pouco tempo para todos desde a comissão até a relatoria do projeto. O conselheiro  
409 Alcir salienta que na convocação está como aprovação do projeto. A presidente  
410 informa que aprovação da proposta e não aprovação do curso. A conselheira Silvano  
411 solicita esclarecimento quanto a página 18 que fala sobre hospitalidade e lazer, mas  
412 no ponto de vista da conselheira o Campus tem um foco é de gestão de turismo. Ela  
413 alega que o bacharel é de suma importância para que o perfil seja mais completo. O  
414 conselheiro Gouveia coloca que o requisito legal é o acerto da carga horária, senão  
415 não passa de forma alguma. Outra coisa é a ampla discussão no NDE, com atas  
416 que comprovem isso, pois precisa estar tudo documentado. O professor Júlio  
417 esclarece que a discussão vem desde 2012, sendo retomada em 2014 junto ao NDE  
418 e colegiado e todos registros estão em ata. O conselheiro Gouveia retoma a fala  
419 para explicar para o conselheiro Alcir que muitas vezes não ficamos sabendo que o  
420 grupo esteja discutindo os cursos, nem sempre é divulgado amplamente. Esse é um  
421 ponto de partida para que possamos dar mais publicidade. As vezes acontece e não  
422 é culpa de ninguém. A conselheira Waldísia coloca um posicionamento que tem a  
423 ver com a questão da transparência, ela fala em criar uma agenda dentro do site do  
424 campus que coloque todas as comissões que ocorrem no campus e as datas de  
425 reuniões, pois as discussões devem ser abertas com a participação do coletivo. A  
426 presidente retoma a palavra para explicar sobre a migração do site e alega que  
427 espera que esteja disponível no site. O conselheiro Alcir esclarece que o Conselho  
428 foi pego de surpresa e avisado com antecedência, pois é a primeira vez que  
429 discutimos proposta do curso, mas o grupo deveria ter sido avisado que cursos em  
430 determinadas áreas estão sendo criados, para que os conselheiros estejam  
431 preparados. A presidente coloca em votação a aprovação da proposta do curso  
432 superior em Bacharelado em Turismo com as devidas adequações solicitadas. A

433 votação totalizou dez votos favoráveis, com nenhum voto contrário e nenhuma  
434 abstenção. A presidente solicita que os conselheiros encaminhem as anotações  
435 para a relatora para que as modificações sejam feitas com brevidade para que  
436 possamos dar sequência ao processo. Dando continuidade a presidente solicita  
437 inversão de pauta para que a Ana Claudia possa fazer os esclarecimentos sobre o  
438 terceiro item da pauta. A votação totalizou dez votos favoráveis, com nenhum voto  
439 contrário e nenhuma abstenção. Devido a aprovação da inversão a presidente  
440 passou a palavra para a Diretora Administrativa Ana Cláudia para tratar do item três  
441 da pauta que vem a ser a aprovação da proposta de gasto orçamentário do Campus  
442 para 2017. A Diretora projetou o orçamento na tela da televisão explicando que  
443 algumas partes das propostas são gastos básicos que não têm como alterar, pois  
444 temos algumas metas para diminuição no contrato de vinte por cento, que é a  
445 proposta do governo, com isso são gastos fixos como telefonia, limpeza, vigilância.  
446 Os outros foi feita uma média dos últimos anos para utilização, a gestão tenta  
447 aumentar, mas ultimamente estamos tendo muitos cortes de orçamento. Ela informa  
448 que o trabalho é feito com uma proposta inicial e uma otimista, mas que nunca se  
449 concretizou. Teremos uma reunião na próxima semana para discutir esse orçamento  
450 com a reitoria. A conselheira Eliana questiona o saldo zero no que diz respeito a  
451 serviço pessoa jurídica. A Ana esclarece que é um recurso que o Campus não utiliza  
452 por causa da obra, são gastos com pequenas obras e aquisições de serviços. Se  
453 algum conselheiro quiser propor algo nesse item pode propor, desde que não  
454 ultrapasse o teto. Tudo que colocar a mais tem que retirar de algum lugar. O  
455 conselheiro Alcir questiona que alguns itens não foram incluídos, como capacitação  
456 docente e administrativo que não consta, banda larga, ele pede informação sobre  
457 esse serviço, pois estávamos com a banda larga do MEC que é gratuita,  
458 anteriormente tínhamos um contrato com uma provedora. Ele coloca que há  
459 constantes problemas com a internet e não sabe porque a atual gestão não fez  
460 contrato com a empresa de banda larga. Outra questão do conselheiro é sobre a  
461 locação de serviço e fretamento, isso é para ser usado? Ou já foi usado? Sobre a  
462 capacitação a Ana Cláudia esclarece que ela foi centralizada na reitoria, eles que  
463 estão fazendo a divisão. Sobre a internet ela informa que o campus usa a RNP, que  
464 é gratuita. O custo de banda larga é muito alto, o fornecedor de banda larga é a vivo  
465 que a empresa que fornece para a RNP, com isso os problemas seriam os mesmos.  
466 A palavra é passada para o conselheiro João Paulo que é da área e pode dar  
467 melhores explicações. O conselheiro João explica que o plano que o campus tinha  
468 antes com a vivo, deixou de ser contrato antes do Robson assumir. A contratação da  
469 RNP é uma política institucional, todos os campi têm esse contrato, vem da reitoria e  
470 não tem custo para o campus. Com a reforma do setor administrativo seria inviável  
471 contratar uma empresa e causar danos a operadora e ter que arcar com isso.  
472 Pensamos em fazer um contrato esse ano, mas com os cortes governamentais  
473 tornou-se inviável. Se orçarmos a compra do link provavelmente não seja licitado,  
474 podemos fazer a proposta e aguardar a liberação de verba. Sobre a funcionalidade  
475 da RNP, podemos fazer um levantamento, caso o CONCAM solicite, quais foram os  
476 dias que o campus ficou sem internet. Se colocarmos no papel não dá um mês de  
477 redução de serviço. Em 2012 foi orçado um projeto novo de oito megas e era custo  
478 de dez mil ao mês. Teríamos que colocar uma grande fatia do orçamento para ter  
479 acesso a internet e no ver do conselheiro o que recebemos da RNP nos atende, não  
480 é o ideal, mas atende o campus sem gasto. se houver uma demanda, um prejuízo

481 muito grande da instituição, a gente monta um projeto para contratação e evitar o  
482 prejuízo. A conselheira Eliana questiona o serviço de reprografia, se ele já vai ser  
483 implantado e se sim, tem que colocar na planilha. Ana esclarece que a ideia é boa,  
484 mas orçar para 2017 seria ideal. Tem até o dia 31 de junho para enviar para a  
485 reitoria, ela informa que não saber se terá tempo esse ano. O conselheiro Marciel  
486 questiona a diminuição da vigilância e a demanda da água e esgoto. A Ana explica  
487 sobre a água, que hoje o Campus só paga o serviço de água, mas já tivemos a visita  
488 da sabesp que já informou que irá incluir o serviço de esgoto em nossa conta, com  
489 isso o valor será dobrado. Isso já está previsto no orçamento. Sobre energia ela  
490 informou que aumentou muito o valor, não pelo consumo, mas pela tarifa mesmo.  
491 Sobre a vigilância está sendo feita uma licitação que será feita uma alteração, hoje  
492 nós temos vigilância nos dois períodos. Vamos ter porteiros, porque o custo é  
493 menor. Vamos ter porteiros e vigilantes, uma mescla. A Eliana questiona se haverá  
494 um novo contrato de vigilância e, se nesse novo contrato está previsto instalação de  
495 câmeras. Ana explica que será feito um projeto separado de vigilância e porteiros e  
496 informa que há um projeto de instalação de câmeras. O conselheiro Gouveia coloca  
497 que seria necessário adquirir software por conta dos novos cursos, e no orçamento  
498 está zero. Sobre manutenção predial, o conselheiro questiona se inclui manutenção  
499 dos aparelhos de ar-condicionado. Ana explica que no novo contrato sim e, sobre os  
500 softwares foi retirado porque nunca foi solicitado. O conselheiro Marcello questiona  
501 sobre o valor do fretamento, o que seria. Ana esclarece que seria a contratação de  
502 ônibus ou vans para fazer as visitas técnicas. Informa também que esse projeto está  
503 sendo licitada e está na procuradoria. A conselheira Silvany pede a palavra para  
504 questionar sobre aquisição de softwares para que os alunos tenham uma prática, e  
505 porque é tão burocrático adquirir ônibus do IF. Ana explica que o ônibus pertence ao  
506 Campus São Paulo e eles fazem uma programação um ano antes. Temos que nos  
507 encaixar na programação deles e muitas vezes não dá para fazer esse empréstimo,  
508 por isso a proposta desse contrato do pessoal de Extensão. Sobre o software ela  
509 esclarece que precisa ser feito um processo de solicitação e nunca foi feito. A  
510 presidente esclarece que está zerado. Foi enviado um e-mail para os coordenadores  
511 de curso e estamos aguardando a solicitação deles. A conselheira Waldísia coloca a  
512 necessidade de aquisição de softwares de inclusão, para alunos surdos e cegos ou  
513 com paralisia cerebral. Temos que pensar na adaptação de toda estrutura da escola,  
514 como colocação de elevador, questão tátil. Sobre a questão de transporte temos que  
515 pensar também na questão técnica para evitar possíveis acidentes. O conselheiro  
516 Marcello pede a palavra para que o professor Thiago tenha voz. A votação totalizou  
517 nove votos, com nenhum contrário e nenhuma abstenção. A palavra foi passada  
518 para o professor Thiago que explicou que os softwares Amadeus e SABRE são  
519 contratados para realização de reservas mundialmente, portanto não podendo ser  
520 adquiridos para versão demo. Agradeceu o conselheiro Gouveia pela solicitação e  
521 informa que já encaminhou o pedido de softwares de agenciamento de viagens,  
522 hospitalidade e eventos para a direção, solicitação essa feita à CIP com  
523 documentação necessária para aquisição dos mesmos. A presidente retoma a  
524 palavra para expor que o orçamento será discutido na próxima semana e com isso,  
525 as sugestões dadas devem ser encaminhadas o mais rápido possível para que seja  
526 feito as adequações e estar com a planilha pronta para o dia da reunião com a pró-  
527 reitora de administração. A diretora de Administração informa que ainda não tem a  
528 data de reunião, mas assim que sair dessa reunião marcará a data e se compromete

529 a informar para os conselheiros. O conselheiro Alcir questiona qual é a verba de  
530 Cubatão? Qual é o orçamento de Cubatão? A presidente informa que é o que consta  
531 na planilha, exatamente isso. O conselheiro Alcir coloca que não podemos então  
532 colocar mais nada, já que o orçamento já está todo encaixado nesse valor (R\$  
533 2.893.000,44). Ana Cláudia explica que temos que manter esse valor. Alcir expõe  
534 que será complicado trabalhar com um orçamento que já está limitado. Sobre os  
535 projetos das câmeras, será incluído esse ano, tem que tirar de um para colocar em  
536 outro. Esse valor que vem para o Campus é discutido com quem? Temos que  
537 engolir esse valor, porque um valor desse não pode ser discutido no Campus? Ana  
538 Cláudia explica que o valor que vem para o Campus é determinado através de um  
539 cálculo que se baseia no número de alunos. Não temos o que argumentar, lógico  
540 que brigamos por um valor maior, mas é algo determinado por lei também. A  
541 palavra é passada para o Conselheiro Victor que questiona sobre a verba que é  
542 destinada para suprimentos de fundos, como ele é acessado pela comunidade.  
543 Dentro da verba de orçamento geral agora se usa o pregão e as vezes é solicitado  
544 algo que não chega, o conselheiro gostaria de obter informações sobre como isso  
545 funciona. A comunidade precisa saber do orçamento e verba que tem para todos os  
546 segmentos do Campus. Ele acredita que publicizar esse valor seja de suma  
547 importância para dar transparência as atividades do Campus. Ana Claudia informa  
548 que o suprimento vem em quatro períodos do ano e a pessoa que tem necessidade  
549 manda e-mail para administração e eles tentam comprar na medida do possível.  
550 Tem que ser emergência, não pode ser comprado em grande quantidade. Com  
551 relação as aquisições, hoje o instituto trabalha com o sistema SRP Sistema Digerido  
552 de Preço, a gente coloca os materiais comuns a todos os Campi e faz uma  
553 estimativa. A partir da estimativa tem a licitação, algum item pode ser cancelado, as  
554 empresas pedem para fazer reequilíbrio financeiro, muitos não entregam material,  
555 com isso abre-se processo administrativo que enquanto está ocorrendo não pode  
556 ser contratado outra empresa. O campus pode fazer uma licitação individual, mas é  
557 necessário a elaboração de um projeto, a administração dá um apoio para  
558 elaboração, mas precisa partir de quem conhece a necessidade e sabe o que o  
559 campus precisa. Sobre a publicidade do orçamento ela informa que a maneira é o  
560 site, mas não consegue de imediato mostrar o que foi gasto. Com isso, o meio mais  
561 fácil é o portal da transparência, todos nossos gastos estão lá, diariamente. A  
562 presidente coloca em votação a questão de ordem sobre o horário da reunião. o  
563 grupo precisa votar se a reunião terá continuidade após as dezessete horas ou não.  
564 A proposta é se estendemos a reunião ou se encerramos a reunião as dezessete  
565 horas. A votação totalizou três votos favoráveis, sete votos contrários e nenhuma  
566 abstenção, com isso fica decidido que a reunião finalizará as dezessete horas. O  
567 conselheiro Marciel solicita uma questão de ordem para que a reunião seja  
568 estendida até as dezessete e quinze já que teve início as quatorze e quinze. O  
569 conselheiro Gouveia esclarece que ele chegou as quatorze horas. A presidente  
570 coloca em votação. A votação totalizou sete votos favoráveis, um voto contrário e  
571 duas abstenções. O horário de encerramento será as dezessete e quinze. Caso não  
572 seja finalizado a pauta o grupo solicita uma reunião extraordinária ou deixa para a  
573 próxima reunião que será no mês de agosto? O grupo questiona quais itens estão  
574 faltando, a presidente informa que são os itens dois, quatro e cinco da pauta. O  
575 conselheiro Alcir solicita inversão de pauta para que o item sobre o TLE seja  
576 colocado a frente do PPP, pois se não for aprovado na reunião de hoje os servidores

577 administrativos não poderão usufruir do benefício. A presidente informa que o PPP  
578 também tem data, para não perder tempo a presidente coloca em votação se haverá  
579 a inversão de pauta. A votação totalizou cinco votos favoráveis, nenhum contrário e  
580 cinco abstenções. A presidente dá o voto de minerva invertendo a pauta. Sobre o  
581 orçamento, a palavra é passada para a conselheira Waldísia que questiona sobre a  
582 aquisição do material ou o valor. Ana Claudia esclarece que é só o valor. A palavra é  
583 passada para a Eliana que tem uma dúvida, pois no capital de 2017 tem um valor de  
584 três milhões, ela não entende o porquê, pois no final tem um valor de dois milhões. É  
585 esse valor mesmo. Ana Claudia informa que há um erro na planilha que será  
586 arrumado. Ana Claudia informa que aguarda as proposta no e-mail  
587 [adm.cbt@ifsp.edu.br](mailto:adm.cbt@ifsp.edu.br) , assim que ela tiver a data da reunião ela informa ao grupo. A  
588 presidente coloca em votação mais uma questão de ordem sobre a realização de  
589 uma reunião extraordinária na primeira semana de julho caso a pauta não seja  
590 finalizada. O conselheiro Alcir coloca que a convocação para uma reunião  
591 extraordinária é prerrogativa do presidente do conselho. A presidente esclarece que  
592 ela, como presidente do Conselho está colocando em votação. Os conselheiros  
593 esclarecem que a Ana Paula está como presidente interino no momento e tem a  
594 prerrogativa de fazer esse tipo de votação. A votação totalizou oito votos favoráveis,  
595 um voto contrário e uma abstenção, com isso, caso a pauta não seja encerrada a  
596 teremos uma reunião extraordinária. A presidente passa a palavra para a  
597 conselheira Eliana que foi a relatora do item quatro da pauta que vem a ser a  
598 apresentação e aprovação da minuta da proposta do Regulamento do Trabalho em  
599 Local de Livre Escolha. A conselheira explica que a ideia inicial era fazer uma  
600 reunião com os servidores administrativos, junto a CISTA, mas não foi possível por  
601 conta das férias do servidor Naim. Na última reunião do conselho foi enviada uma  
602 minuta para que fosse feita a análise e ela se baseou nessa minuta para elaborar o  
603 parecer dela. A conselheira faz a leitura do relatório e parecer: **IMPLEMENTAÇÃO**  
604 **DO TLLE-TRABALHO EM LOCAL DE LIVRE ESCOLHA NO RECESSO**  
605 **ESCOLAR DO CÂMPUS CUBATÃO PERÍODO: JULHO/2016.***Autor da Minuta:*  
606 *ROBSON NUNES DA SILVA – Diretor Geral do Câmpus Cubatão.**Relatora: ELIANA*  
607 *MARIA CERQUEIRA DE OLIVEIRA.***I. PARECER:** *O presente parecer tem por*  
608 *objeto a Minuta do Comunicado TLLE – Trabalho em Local de Livre Escolha, de*  
609 *autoria do Diretor Geral do Câmpus Cubatão, Robson Nunes da Silva, que*  
610 *implementa no Câmpus Cubatão, o Trabalho em Local de Livre Escolha, no período*  
611 *de recesso escolar de julho/2016.**Para implementação do TLLE no âmbito dos*  
612 *setores do IFSP- Câmpus Cubatão, o Diretor Robson Nunes da Silva considerou o*  
613 *Comunicado nº 16/2015 da Reitoria do IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência*  
614 *e Tecnologia de São Paulo, onde o TLLE foi autorizado no âmbito dos setores da*  
615 *Reitoria a título experimental, no período do recesso escolar de janeiro/2016,*  
616 *levando em consideração que a Administração Pública deve sempre ter em vista o*  
617 *princípio da eficiência na prestação de seus serviços, conforme expressamente*  
618 *consignado no artigo 37 da Constituição Federal e essa modalidade de trabalho é*  
619 *uma ferramenta capaz de contribuir para alcançar tal objetivo.**Ao autorizar o TLLE, o*  
620 *Reitor em Exercício Whisner Fraga Mamede alegou a a confiança que possui sua*  
621 *gestão no potencial técnico e comprometimento com o trabalho dos servidores*  
622 *administrativos. Conforme o documento em análise, o TLLE é facultativo ao servidor*  
623 *e está a critério da chefia imediata e aprovação do Diretor Geral, sendo que ao final*  
624 *do período é possível mensurar objetivamente o desempenho do funcionário.**Com os*

625 recentes cortes no Orçamento Público, acredito que o TLLE contribuirá para a  
626 redução das despesas com energia elétrica, água, limpeza, telefone, além do  
627 impacto positivo em relação ao espaço físico. Outro ponto positivo é que o servidor  
628 terá maior autonomia na realização de suas atividades, com a possibilidade de  
629 estabelecer e controlar um ritmo de trabalho próprio. **Correções necessárias:**  
630 Art. 16º - Devido ao caráter experimental, conforme Art. 1º deste comunicado, o saldo  
631 positivo de carga horária apresentada no sistema de ponto no **mês de janeiro**, em  
632 nenhuma hipótese, será utilizado em outro período para compensação. **Corrigido:**  
633 Art. 16º - Devido ao caráter experimental, conforme Art. 1º deste comunicado, o saldo  
634 positivo de carga horária apresentada no sistema de ponto no **mês de julho**, em  
635 nenhuma hipótese, será utilizado em outro período para compensação. **PARECER**  
636 **DA RELATORA.** O documento em análise assegura que o atendimento ao público  
637 não será prejudicado e haverá controle e acompanhamento pela chefia imediata dos  
638 serviços prestados. Diante do exposto, manifesto-me favoravelmente à aprovação  
639 da Minuta do Comunicado apresentado, com as devidas correções. **SUGESTÃO**  
640 Caso haja aprovação do Comunicado, sugiro que ao final do período experimental e  
641 com subsídios nos resultados apresentados, o Diretor Geral submeta ao Conselho  
642 do Câmpus Cubatão que discutirá sobre a criação de comissão local, composta de  
643 servidores administrativos, para realização do estudo de proposta à Direção do  
644 Câmpus Cubatão acerca da continuidade ou cancelamento do TLLE. Cubatão, 05 de  
645 junho de 2016. *Eliana Maria Cerqueira de Oliveira*. Ela esclarece que fica a critério  
646 do servidor, a chefia imediata e direção geral autorizam e não haverá prejuízo de  
647 atendimento ao público. O conselheiro Gouveia pede a palavra para expor que o  
648 Robson solicitou um levantamento sobre o impacto, quem do campus poderia ser  
649 inserido nesse TLLE. A conselheira Eliana explica que em virtude da ausência do  
650 Naim, por motivo de férias, não foi possível fazer o levantamento completo. O  
651 servidor que quiser fazer, irá solicitar para sua chefia imediata e posteriormente será  
652 aprovado pelo diretor. A presidente informa que o campus funciona das oito as vinte  
653 horas. A conselheira Marina questiona que critério será utilizado. A Eliana responde  
654 que fica o critério será o criado pela chefia. A conselheira Marina que os critérios  
655 precisam estar estabelecidos, porque para um o parecer pode ser favorável e para o  
656 outro não. A conselheira Eliana informa que o atendimento ao público não poderá  
657 ser prejudicado. O conselheiro Gouveia questiona se há administrativos que queiram  
658 se utilizar disso. A conselheira Eliana coloca que a questão é autorizar a  
659 implantação, pois ela acredita na isonomia dos servidores do Campus, se foi dado  
660 essa autorização para a reitoria e outros campi, aqui também deve ser dado o direito  
661 de solicitar. O conselheiro Marciel argumenta que há necessidade de melhorar o  
662 argumento no que diz respeito a redução da despesa com energia e água, essa  
663 argumentação cai a partir do momento que o campus ficará aberto no decorrer do  
664 dia. Com relação ao servidor trabalhar ou não em casa, isso fica a critério do  
665 servidor, pois como os docentes os administrativos podem ou não trabalhar em  
666 casa, vai da consciência de cada um com relação a isso. O que ele preza é pela  
667 argumentação legal que não está no documento. A conselheira Eliana coloca que  
668 temos o comunicado da reitoria e não há lei que trate desse assunto  
669 especificamente no âmbito do serviço público. A conselheira Waldísia coloca que  
670 tem um normativo do serviço público federal judiciário, só que eles trabalham por  
671 produtividade. Nesse caso, seria interessante que quem for fazer tenha  
672 determinadas atividades, cumprir no período determinado e enviar para a chefia

673 imediata. Ela cita ainda o sistema de rodízio que é feito nas demais esperas  
674 municipais e estaduais. A conselheira Eliana corrobora com a conselheira Waldísia  
675 sobre o sistema do serviço público federal judiciário, mas afirma que nosso  
676 procedimento seria outro, como também com relação ao citado pela conselheira  
677 sobre o rodízio não cabe a esse comunicado. Sobre o questionado sobre a  
678 economia de luz ela esclarece que o gasto será minimizado, pois ao invés de dois  
679 ou três máquinas ligadas ao mesmo tempo, por exemplo, teremos apenas uma, e  
680 como é a critério do servidor ele tem ciência que estará utilizando a energia da casa  
681 dele. O conselheiro Alcir acredita que está se invertendo os papéis, pois a Eliana é  
682 apenas a relatora e está sendo questionada. Os questionamentos devem ser para o  
683 presidente, pois foi ele quem colocou o documento para relatoria, a conselheira  
684 Eliana colocou o parecer dela, como favorável e apenas isso. Ele ressalta que não  
685 lembra de o grupo ter questionado o conselheiro Marciel ou o Gouveia quando foram  
686 relatores e, sempre tem uma figura para defender o documento, nesse caso o TLLE,  
687 que nesse caso foi o diretor Robson. Aproveitando o ensejo ele adianta o voto dele,  
688 fazendo uma declaração de voto, como abstenção, pois ele já tinha afirmado na  
689 reunião anterior que ele é favorável ao TLLE, mas como não vai beneficiar a todos  
690 ele prefere se abster. A conselheira Marina questiona a respeito do rodízio, mas já  
691 foi esclarecido pela relatora que não pode. A conselheira afirma que ninguém está  
692 questionando a Eliana em si, mas querendo buscar esclarecimentos e nesse sentido  
693 é que estão perguntando para ela. Ela concorda com o professor Marciel que não há  
694 tanta economia assim. Sobre o vale-transporte a conselheira Eliana esclarece que  
695 não cabe a ela responder, que deveria ser questionado ao RH ( CGP). A conselheira  
696 Leticia corrobora com a fala da conselheira Waldísia no que diz respeito aos  
697 encaminhamentos das perguntas para a conselheira Eliana, pois o grupo esperava  
698 um estudo que não aconteceu. A presidente coloca a questão de ordem, pois a base  
699 da minuta foi feita pelo diretor, mas o estudo não pode ser feito por conta da  
700 ausência do servidor Naim, com os esclarecimentos de que o TLLE fosse viável ou  
701 não para o Campus. O conselheiro Gouveia alega que o grupo precisava desse  
702 levantamento, mas ela alega que ela convenceu quando disse ser um direito dos  
703 servidores de Cubatão, ele acredita que poderia votar sim para implantação e ficaria  
704 apenas essa pendência para resolver depois. A conselheira Eliana indica que  
705 mesmo com as férias do Naim um estudo detalhado talvez não seria possível por  
706 conta do pouco tempo. Ela expõe que a sugestão é aprovar em caráter experimental  
707 para que após esse processo seja analisado, com base nos resultados. A presidente  
708 retoma a fala em questão de ordem para esclarecer que a relatora está sugerindo a  
709 aprovação do TLLE em caráter experimental, para ser feito no mês de julho. Com  
710 base nos resultados, o CONCAM avaliará se continuará para os próximos recessos  
711 ou não. A presidente colocou em votação, aqueles que são favoráveis a aplicação  
712 do TLLE para o mês de julho e o CONCAM analisará o resultado dessa aplicação  
713 posteriormente para que, se for avaliado positivamente, seja implantado em janeiro.  
714 A votação totalizou seis votos a favor, com nenhum contrário e quatro abstenções.  
715 Com isso o TLLE ficou aprovado em caráter experimental. Antes de passar para o  
716 próximo item da pauta, a presidente informa a todos que a Diretora Administrativa  
717 Ana Claudia pediu para avisar que a reunião com a reitoria foi agendada para o dia  
718 dezesseis de junho, portanto a próxima quinta-feira. Ela coloca que as sugestões  
719 devem ser enviadas até as doze horas do dia quinze de junho, no e-mail  
720 [adm.cbt@ifsp.edu.br](mailto:adm.cbt@ifsp.edu.br) . A presidente passa a discussão do item dois da pauta que

721 trata da aprovação do Projeto Político Pedagógico do Campus Cubatão, com a  
722 relatoria da Professora Me. Leticia Vieira Oliveira Giordano. A presidente passa a  
723 palavra para a conselheira Leticia que faz a leitura de seu parecer para os  
724 presentes. O parecer segue na íntegra: *Relatoria do Projeto Político Pedagógico do*  
725 *Câmpus Cubatão referente aos anos de 2015 a 2019. Apresentação aos membros*  
726 *do Conselho de Câmpus (CONCAM) de Cubatão. Relatora: Leticia Vieira Oliveira*  
727 *Giordano. **PARECER** O projeto político pedagógico (PPP) do câmpus Cubatão*  
728 *encaminhado a essa relatoria em 1º de junho de 2016 foi elaborado por uma*  
729 *comissão local formada por técnicos administrativos e professores e contou com a*  
730 *colaboração de outros professores e representante dos estudantes. Por projeto*  
731 *político pedagógico entende-se um documento que detalha os objetivos, diretrizes e*  
732 *ações do processo educativo a ser desenvolvido. A dimensão política se explicita no*  
733 *ato de entender o interesse sociopolítico da comunidade na qual a instituição se*  
734 *insere. A dimensão pedagógica se revela nas ações educacionais descritas, sejam*  
735 *elas idealizadas ou já praticadas sem perder de vista sua intencionalidade. Espera-*  
736 *se ainda que sejam apresentadas as exigências legais do sistema educacional ao*  
737 *qual a instituição está inserida assim como as necessidades, propósitos e*  
738 *expectativas da comunidade escolar. O documento submetido atende plenamente a*  
739 *essas características em seu conteúdo. Sobre o texto do documento, sugiro algumas*  
740 *correções e cuidados. **Capítulo 2 – Projeto político pedagógico Câmpus Cubatão***  
741 *2.1 – Caracterização da Unidade (pág. 31): o trecho versa sobre a especificidade do*  
742 *câmpus Cubatão no que diz respeito ao perfil dos estudantes; penso que seria*  
743 *importante apontar as cidades de onde vêm nossos alunos (mostrando que a*  
744 *instituição tem relevância na Baixada Santista); o perfil dos ingressantes mudou*  
745 *principalmente por causa da política de cotas, antes os alunos do médio buscavam*  
746 *em sua maioria uma qualificação que lhes permitissem continuar os estudos, agora*  
747 *muitos almejam a formação técnica visando o mercado de trabalho, é importante*  
748 *evidenciar que estamos atentos a essa mudança; na página 32 há uma tabela com*  
749 *dados sobre a renda per capita dos alunos e uma conclusão de que “mostra quanto*  
750 *o câmpus pode contribuir para o aumento do poder aquisitivo da população por meio*  
751 *da educação”, sobre isso faço algumas perguntas: se a pesquisa realizada foi feita*  
752 *com os estudantes do integrado e concomitante, não faz sentido em relacionar*  
753 *diretamente à renda per capita uma vez que nossos alunos não parecem ser os*  
754 *responsáveis financeiros em suas residências; esse tipo de conclusão só poderia ser*  
755 *feita se fossem investigados os alunos egressos principalmente dos cursos*  
756 *superiores. 2.1.1. Breve Histórico (pág. 33) No trecho destinado à descrição do*  
757 *histórico da unidade há alguns cuidados a serem tomados sobretudo à inserção do*  
758 *curso de Licenciatura em Matemática e ao processo de seleção de vagas (não há*  
759 *processo seletivo simplificado?) 2.1.3. Característica sócio econômica e cultural da*  
760 *região. Na página 39 apresenta-se dados populacionais retirados do site wikipedia;*  
761 *sugere-se que os dados sejam buscados no IBGE e que se apresente o ano em que*  
762 *foram coletados. 2.1.4. O arranjo produtivo local (pág. 40) Os dados apresentados, de*  
763 *2008, parecem antigos para um documento de vigência de 2015 2019. 2.1.5.*  
764 *Contexto local Acrescentar a UNESP na relação de instituições públicas da região.*  
765 *2.2. Recursos humanos Há um erro na tabela da página 42; temos um total de 25*  
766 *professores especialistas e não 5. Cuidar do juízo de valor na: “Constata-se um*  
767 *grande número de docentes especialistas, havendo, portanto, a necessidade de se*  
768 *investir na formação contínua da carreira docente no mestrado e doutorado e assim*



769 contribuir ainda mais, para melhorar a qualidade do ensino”. O mesmo ocorre na  
770 página 56 ao falar da formação dos servidores técnico administrativos. Na página 51  
771 faltou o nome do servidor que está apresentado na 9ª posição. **Capítulo 3:**  
772 **Pressupostos pedagógicos do câmpus Cubatão** O texto do capítulo precisa ser  
773 revisado porque alguns trechos estão confusos. (Exemplo, pág. 68 sobre  
774 interdisciplinaridade). Além disso, mais uma vez percebemos generalizações de  
775 ações didáticas que são específicas do Ensino técnico ou superior (por exemplo, ao  
776 falar de metodologias na página 74 ou de avaliação na página 75 ou ainda no último  
777 parágrafo da página 77). Na página 60, ao falar da inclusão social, sugere-se que as  
778 leis, decretos e portarias relacionados às políticas de inclusão social sejam citados.  
779 O trecho sobre criticidade (pág. 61) não deixa claro se o foco é o aluno ou a  
780 instituição. Inicialmente fala-se do ponto de vista institucional, mas a conclusão  
781 aponta sobre a compreensão crítica da realidade por parte do aluno. Na página 66  
782 diz-se que este PPP é o primeiro. Por quê? Não seria interessante explicar por que  
783 isso não foi feito antes? O texto da página 69 fala sobre os blocos chamados de  
784 “áreas do conhecimento”; seria interessante apresentar a referência, de onde vieram  
785 e por que. No item 3.8. fala-se brevemente do Ensino. Penso que o texto está muito  
786 superficial por se tratar do PPP de uma instituição de ensino. Seria importante neste  
787 trecho diferenciar o ensino básico do superior e falar da licenciatura que faz parte do  
788 PDI. O final do capítulo 3 versa sobre a pesquisa e extensão. A meu ver o texto está  
789 muito superficial tendo em vista que são 2 dos pilares da instituição; isso não está  
790 evidenciado. **Capítulo 4 – Estrutura e organização dos cursos** É necessário rever  
791 e padronizar o texto sobre cada curso. Para cada um foi apresentada uma estrutura  
792 diferente. Por exemplo: em relação ao CTII apresenta-se o tempo do curso, os  
793 objetivos gerais e específicos bem como o perfil de formação profissional (que na  
794 verdade versa sobre a carga horária do curso), mas não se fala sobre o acesso; em  
795 relação ao CTA apresenta-se o objetivo geral e o perfil do egresso (está errado, trata  
796 do perfil do egresso de informática), não constam o tempo do curso no câmpus, a  
797 carga horária das disciplinas ou ainda o processo de seleção; sobre o PROEJA  
798 temos os objetivos gerais e os requisitos de acesso e de conclusão; para a  
799 licenciatura temos os objetivos gerais e específicos e o perfil do egresso, nada sobre  
800 o tempo de curso ou carga horária; e assim por diante **Capítulo 5 – Políticas e**  
801 **ações** É necessário apresentar detalhadamente os dados referentes às ações de  
802 2014 ou as dificuldades encontradas neste espaço? (pág. 96). Talvez ficasse melhor  
803 ao final, no capítulo 6 (Diagnósticos, metas e ações). É uma dúvida. 5.9. Órgão  
804 colegiados do IFSP A ordem dos item 5.9 precisa ser cuidada. (vide-sumário ou pág.  
805 119). Sugere-se agrupar os colegiados (5.9.2,5.9.6, 5.9.8.); juntar os conselhos  
806 pedagógicos (5.9.3 e 5.9.4) em um único item; o mesmo ocorre para o conselho de  
807 câmpus que aparece em dois lugares (5.9.1 e 5.9.5). Em relação ao conselho  
808 pedagógico é preciso ficar claro que é no âmbito do ensino técnico somente.  
809 Sugere-se que haja uma uniformização no texto sobre os colegiados. Está faltando  
810 menção ao colegiado da Licenciatura em Matemática. Ressalta-se ainda a  
811 necessidade de cuidar da referência bibliográfica. Alguns autores ou obras citados  
812 no texto não aparecem ao final do documento, quais sejam: - pág. 58: FREIRE  
813 (2000) - pág. 63: BORDIGNON (2004) - págs. 64 e 65: BRANDÃO (2003); na  
814 bibliografia está 1986 - pág. 65: LIMA (2011); na bibliografia está 2014 - pág. 67:  
815 Ilma Passos cita Freitas (2003) - pág. 68: BARROSO (1996); na bibliografia está  
816 2009 - pág. 86: CHARLOT (2005) - pág. 112: PIMENTEL (2007); UNESCO/IFLA

817 (1999); MAROTO (2009) - pág. 113: MACEDO (2005) **VOTO DO RELATOR O**  
818 *Projeto Político Pedagógico do Câmpus Cubatão possui consistência e está de*  
819 *acordo com os pressupostos deste tipo de documento. Diante do exposto, o parecer*  
820 *desta relatora é **favorável** à aprovação mediante as devidas correções e reflexão a*  
821 *partir das sugestões apontadas nesse documento. Cubatão, 9 de junho de 2016.*  
822 *Letícia Vieira Oliveira Giordano. A conselheira Letícia informa que também fez várias*  
823 *anotações no documento e que, entregará para a conselheira Waldísia que está*  
824 *representando o grupo no momento. O conselheiro Marciel pede a palavra para*  
825 *declarar o voto, pois ele não teve como ler esse documento por conta do acúmulo de*  
826 *serviço por conta da relatoria do Bacharelado de Turismo, com isso o voto dele será*  
827 *por abstenção. A conselheira Waldísia agradece a relatora do parecer, a conselheira*  
828 *Letícia, bem como toda comunidade escolar que participou da construção do PPP.*  
829 *Esse olhar diferente é de suma importância, o que foi apontado fica claro para todos.*  
830 *Alguns dados precisam ser atualizados, pois precisávamos do parecer do CONCAM*  
831 *para dar continuidade ao trabalho. Tudo que a relatora falou foi interessante e será*  
832 *modificado no PPP e será reestruturado. A presidente colocou em votação a*  
833 *aprovação do PPP. A proposta para votação foi quem é favorável a aprovação do*  
834 *PPP com as devidas correções. A votação totalizou nove votos a favor, com nenhum*  
835 *contrário e uma abstenção. Sobre o item cinco da pauta sobre os esclarecimentos*  
836 *sobre o regulamento disciplinar interno discente, a presidente informa que não*  
837 *houve resposta da DAA para expor aos presentes. A presidente deu por encerada a*  
838 *reunião, e nada mais havendo a tratar, eu, Gisela de Barros Alves Mendonça,*  
839 *secretária do CONCAM, lavro essa ata que, depois de aprovada será assinada por*  
840 *mim, pelo presidente e pelos membros dos conselheiros presentes.*

841

842

843 Gisela de Barros Alves Mendonça

844 Ana Paula F. dos S. Nedochoetko

845 Ataliba Capasso Moraes

846 Carlos Eduardo Mendes Gouveia

847 Marciel Silva Santos

848 Letícia Vieira Oliveira Giordano

849 Marina Mariano de Oliveira

850 Eliana Maria Cerqueira de Oliveira

851 Alcir de Oliveira

852 Waldísia Rodrigues de Lima

853 Víctor Rodolfo Lomnitzer

854 João Paulo Dal Poz Pereira

855 Marcello Otavio Santos Cardoso

856 Silvany Alves França Monteiro

Handwritten signatures in blue ink over horizontal lines, corresponding to the list of names on the left. The signatures are: Gisela de Barros Alves Mendonça, Ana Paula F. dos S. Nedochoetko, Ataliba Capasso Moraes, Carlos Eduardo Mendes Gouveia, Marciel Silva Santos, Letícia Vieira Oliveira Giordano, Marina Mariano de Oliveira, Eliana Maria Cerqueira de Oliveira, Alcir de Oliveira, Waldísia Rodrigues de Lima, Víctor Rodolfo Lomnitzer, João Paulo Dal Poz Pereira, Marcello Otavio Santos Cardoso, and Silvany Alves França Monteiro.